

As tarefas atuais da Teologia

O autor nasceu em Figueras, na Espanha, e veio ao Brasil em 1958. É doutor em Filosofia pela Universidade de Santo Domingo, licenciado em Direito Civil pela Universidade de Salamanca, e Doutor em Direito Canônico pela Pontificia Universidade Gregoriana de Roma. Leciona na Universidade de Goiânia, na Faculdade de Teologia Cristo Rei, de São Leopoldo, e no Instituto Pastoral Sul 3, de Pôrto Alegre.

J. HORTAL, S. J.

A Igreja e o teólogo enfrentam, no momento atual, um grande desafio: a exigência de atualização, de renovação doutrinal. Contra tôdas as esperanças e previsões o Concílio Vaticano II, que, no pensamento do seu idealizador, João XXIII, deveria ser um concílio "pastoral" (1), transformou-se, por força das circunstâncias, numa fonte de autêntica renovação doutrinal.

Os manuais de teologia vinham repetindo-se uns aos outros com enfadonha insistência; os temas tratados eram sempre os mesmos; o método, igual; as soluções, quase idênticas. O progresso no campo teológico parecia não mais existir. Ainda persistia no mundo católico o trauma produzido pela crise modernista.

O Concílio Vaticano II veio possibilitar um novo intercâmbio de idéias entre os diversos setores da Cristandade, o qual se transformou numa torrente impetuosa de inquietudes e novidades teológicas. A

confluência não só de teólogos católicos, vindos de tôdas as partes do mundo, mas de peritos e observadores, representantes de diversas confissões, de bispos e sacerdotes, de leigos e religiosos, demonstrou ser de uma fecundidade extraordinária para a teologia conciliar e pós-conciliar. Atualmente estamos colhendo os primeiros frutos dessa renovação.

Estamos iniciando uma nova revista teológica; uma publicação que quer ser fruto de estudo e de reflexão, de pesquisa e de experiência. Uma publicação dessa natureza precisa enfrentar os grandes temas da atualidade, estudá-los e projetar sobre eles a luz da revelação. Será de interesse, portanto, darmos uma olhada geral nos problemas que o Concílio apresentou ou suscitou e que devem ser desenvolvidos. Será necessário, além disso, vislumbrar os limites que o Concílio não chegou a atingir, mas que devem ser ultrapassados pelo teólogo, nesta etapa pós-conciliar. Se quisermos construir autêntica teologia, devemos continuar a obra do Concílio, em resposta ao apêlo da Igreja e den-

(1) Cf. Discurso de abertura da I Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II: AAS. 54 (1962) 791-792.

tro da fidelidade à palavra de Deus.

O grande tema, o tema central do Vaticano II, foi a Igreja — na sua dupla dimensão: interna, num olhar para si mesma, investigando a sua essência nas fontes de revelação e na doutrina recebida de Cristo; externa, na sua relação com os não-católicos, os não-cristãos, os não-crentes e, enfim, para com o mundo (2).

A primeira tarefa do teólogo deverá, por conseguinte, ser a construção de uma nova eclesiologia, compreensível não só aos peritos, aos "técnicos" da palavra de Deus, Mas uma eclesiologia que atinja a alma do povo, que seja capaz de propiciar um diálogo autêntico com o mundo, encerrando definitivamente o monólogo que a neoescolástica estabeleceu; uma eclesiologia onde se encontrem a palavra inspirada e a palavra humana: Deus e o homem em diálogo constante.

Na sua dimensão interna, a nova eclesiologia se defronta, em primeiro lugar, com a problemática que deriva da historicidade das coisas humanas. O estudo das fontes bíblicas e patrísticas tem levado a uma consciência cada vez mais clara desta historicidade. Estamos comprovando, progressivamente, que uma boa parte das estruturas eclesísticas, por nós consideradas intangíveis, são fruto passageiro de circunstâncias sociológicas ambientais. Em que medida as formas políticas, imperantes na Europa antiga e medieval, por exemplo, não têm contribuído para a configuração da administração eclesástica, tal como hoje a conhecemos? O poder de Cristo, transmitido aos Apóstolos, subsiste, sem dúvida nenhuma, na sua Igreja e se transmite mediante um sacramento de instituição divina; mas, será possível determinar até que ponto a organização territorial, a divisão de ofícios e ministérios, a mesma caracterização monárquica do episcopado pertencem

ao primitivo núcleo cristão e, conseqüentemente, são ou não são intangíveis? Poderemos pretender uma meta-historicidade para aquelas formas, que concordavam plenamente com as circunstâncias ambientais onde nasceram, mas hoje não mais se enquadram na mentalidade dominante? Quando o Concílio nos apresentou a Igreja sob a imagem do Povo de Deus, insistiu no fato de que esse povo se encontra em contínua peregrinação, a caminho de uma meta que só em parte conhece. O mesmo caminho vai abrindo novos horizontes, mostrando novas perspectivas.

Falou-se com insistência, durante o Concílio, sobre temas tão presentes, como o serviço, a pobreza e o pecado na Igreja. Hierarquia a serviço do Povo de Deus, Igreja dos pobres e dos pecadores: são expressões sugestivas, cheias de ecos evangélicos e cuja riqueza doutrinária ainda está por ser explorada em profundidade. A inevitável tensão entre santidade e pecado, entre pobreza e posse de bens, entre serviço da comunidade e domínio pessoal, é fonte ininterrupta de desassossego e inquietude. Urge aprofundar esta problemática, sem ânimo vingativo ou condenatório do passado, mas também sem medos injustificáveis e anticristãos.

Os autores pós-conciliares têm-se limitado neste campo, quase exclusivamente, a uma exegese pormenorizada do texto da Constituição "Lumen Gentium" (3). Falta ainda um tratado sistemático, que apresente uma reformulação completa da eclesiologia. A iniciativa de maior fôlego até agora realizada é, sem dúvida, a obra de Hans Küng, intitulada "A Igreja" (4). Mas não deixa de ser uma obra fruto do momento, chela de inter-

(2) Cf. os discursos de Paulo VI: o de abertura da Segunda Sessão do Concílio: AAS 55 (1963) 847-850; e a Homília de encerramento do Concílio: AAS 58 (1966) 53-54.

(3) Veja-se, p. ex., a obra coletiva editada por Guilherme BARAONA, *A Igreja do Vaticano II*; Petrópolis, 1965; ou então, *Comentarios a la Constitución sobre la Iglesia*, Madrid, 1966; ou a obra mais recente de PHILIPS, *L'Eglise et son Mystère au Deuxième Concile du Vatican*, Paris, 1967 (trad. portug., São Paulo, 1968).

(4) KÜNG, H., *Die Kirche*, Freiburg i. Br., 1967 (trad. espanh., Barcelona, 1968).

rogações e problemas; é antes um indicador do futuro do que um guia seguro no presente.

Se tôdas estas questões já são importantes por si mesmas, tornam-se ainda mais candentes se consideradas na sua vertente externa, a saber: no campo ecumênico. Passaram-se os tempos do ecumenismo romântico, das declarações platônicas. Chegou-se à etapa das atuações concretas, da colaboração direta e efetiva entre a Igreja católica e as Igrejas separadas. Sucedem-se as entrevistas e os encontros interconfessionais; surgiram comissões mistas de estudo e de trabalho. O Conselho Ecumênico das Igrejas, reunido o ano passado em Upsala, chegou mesmo a convidar a Igreja católica a associar-se ao comitê "Fé e Ordem", e este atencioso convite foi aceito sem hesitação. O Papa Paulo VI viajou recentemente a Genebra, berço do Calvinismo, e ali se entrevistou com os maiores líderes do protestantismo. Apesar disso não podemos negar, que o ecumenismo católico se encontra atualmente num impasse indissolúvel. Os gestos dramáticos, que se produziram nos últimos tempos no terreno da intercomunhão, o estão denunciando claramente. Caíram em desuso as atitudes agressivas, os gestos desconsiderados, os ódios e os rancores; subsistem, porém, as diferenças doutrinárias. Parecem contradizer-se a fidelidade à verdade e o desejo de uma união entre todos aqueles que invocam o nome do Senhor Jesus, como o único Salvador. Precisamente na concepção da Igreja, da sua origem divina e da sua tarefa no mundo, da sua estrutura interna e da sua limitação humana, o ecumenismo atual parece esbarrar com um fôso intransponível. É chegada a hora dos teólogos. É necessário o estudo sereno dos grandes temas eclesiológicos, das diferenças doutrinárias que nos separam, para que a unidade se consiga na fidelidade à verdade plena. É necessário, como nos diz o Concílio, estabelecer "a ordem ou hierarquia das verdades da doutrina católica, já que diverso é o nexos das mesmas com o fundamento da

fé cristã" (5). É essa a tarefa a que João XXIII aludia na abertura dos trabalhos conciliares (6), ao distinguir entre "a substância do 'depositum fidei'... e a maneira como ela é exposta". Não podemos dizer que essa tarefa tenha sido esgotada pelo Concílio.

Num estágio inferior de explicitação encontram-se os estudos sobre as relações entre o catolicismo e as religiões não cristãs. É como se tivéssemos esquecido durante longos séculos a "alma naturalmente cristã" de que falavam os Santos Padres. Falta-nos uma atitude coerente e consciente de aproximação dos não-cristãos, de descobrimento da verdade em qualquer parte onde ela se encontra. Falta-nos o conhecimento do outro, que é condição prévia do amor. Falta-nos a compreensão do homem tal como se encontra em nosso mundo. Não se trata de esvaziar o Cristianismo. Não se trata de falsos irenismos, mas de descobrir todos os elementos de verdade, de graça e de amor que se encontram espalhados pelo mundo. Trata-se de acompanhar o homem na sua penosa procura da verdade, de aproveitar tudo quanto possa ser um reflexo da bondade divina no coração humano, a fim de conduzir os homens todos ao amor. A teologia atual deverá estudar até que ponto é possível conservar essa multiforme variedade que o mundo nos apresenta. Tem de compreender as diferenças de história e de cultura, de modo de pensar e de agir, de sentir e de amar, sem querer impor figurinos que não trazem a sua origem da revelação, mas de um ambiente cultural concreto e determinado. Se o não fizer, o diálogo empreendido com as outras religiões não mais será possível. (7)

(5) Cf. Decreto "Unitatis redintegratio" do Vat. II, n. 11.

(6) AAS 54 (1962) 792.

(7) É muito interessante ler a este respeito o breve mas profundo trabalho de D. Eugénio D'Souza, *Uma Nova Aproximação das Religiões não-Cristãs*, publicado na obra coletiva dirigida por LAMBERT. *A Nova Imagem da Igreja*, São Paulo, 1969, pp. 247-265.

Onde, porém, o Vaticano II apresentou uma novidade quase absoluta, foi na sua abertura para o mundo. Longe estão os tempos em que se encarava como condenável uma conciliação entre a Igreja e o progresso. Aceita-se um novo estado de coisas: a Igreja toma consciência das mudanças aceleradas, de que nos fala a Constituição pastoral *Gaudium et Spes*; reconhece a autonomia dos valores terrestres, a autenticidade fundamental do progresso humano. Não se apresenta unicamente como doadora, mas também aceita receber algo do mundo. Dá e toma, num diálogo construtivo.

Talvez o revulsivo marxista tenha contribuído para superarmos uma posição de alienação e distanciamento das realidades terrestres. Surge assim, com força, na teologia, a dimensão antropológica. O homem volta a ser, como nos tempos da Renascença, o pólo de atração do pensamento teológico. As questões sobre a vida econômico-social e a cultura, sobre as comunidades políticas nacional e internacional, sobre a família e a educação, que o Concílio mais ou menos amplamente abordou, unem-se os problemas apresentados pela psicanálise e pela moderna sociologia religiosa, pelo uso dos alucinógenos ou pelo emprego da violência armada. Todos estes problemas, e tantos outros que poderíamos citar, estão esperando uma síntese que nos conduza à elaboração de uma antropologia autenticamente cristã. Existem excessivas Teologias da História, da Cultura, do Desenvolvimento, da Revolução, da Violência ou da Esperança. Falta, no entanto, a obra sintética, que nos dê a visão integral do homem sob o prisma cristão, levando em conta os formidáveis progressos da sociologia, da paleontologia ou da psicologia profunda. Há aqui, sem dúvida, um perigo latente: o horizontalismo, o imanentismo, a limitação do Reino de Deus à cidade do homem, a configuração da pregação de Cristo aos nossos ideais humanos. A torrente de literatura, que em tempos bem recentes inundou nossas revistas e nossas livrarias, é sufi-

cientemente eloquente para dispensar qualquer comentário. Não esqueçamos, porém, que este perigo é consequência de um exagero anterior: o verticalismo indiscriminado, o transcendentalismo ilimitado, que nos levava a desconhecer o valor divino do humano. Nem horizontalismo, nem verticalismo radical. Não podemos perder de vista que a teologia continua a ser, fundamentalmente, conhecimento de Deus, mas de um Deus vivo, salvador do homem, ator principal da história humana e nosso interlocutor constante.

Ao lado dos grandes temas sobre a essência de Deus, do homem e do mundo, a teologia procurou sempre estudar o problema da existência, da conduta humana no seu caminho para Deus. A Teologia moral, todavia, como ramo autônomo dentro do campo teológico, é relativamente recente. A sua autonomia foi, porém, exagerada até limites inadmissíveis. Para os que estudamos a Moral nos manuais clássicos, sempre chamava profundamente a atenção a distância, o afastamento existente entre dogma e moral; como se fossem dois campos completamente separados. "Há muito tempo — diz Comblin — se reclama uma reforma da teologia moral". A época atual "vlu efetuar-se alguns passos adiante, mas não se pode dissimular a impressão de que a distância que resta a percorrer é maior do que aquela que já foi percorrida" (8). O Concílio, — como acertadamente notou o P. Congar (9), — não tomou sobre si a tarefa de renovar a teologia moral. Não que os temas relativos à conduta do cristão estejam inteiramente ausentes da obra conciliar. Sobretudo, a segunda parte da Constituição Pastoral "*Gaudium et Spes*" fornece-nos uma série de orientações positivas sobre a moral familiar, econômica, política e social. E, durante o Concílio, falou-se com insistência sobre a liberdade dos filhos de Deus, sobre o compromisso com o mundo ou sobre

(8) J. COMBLIN, *A Teologia Católica a Partir do Fim do Pontificado de Pio XII*, em REB 28 (1968) 877.

(9) Cf. I. C. I., 1. jan. 1966, p. 11.

às atitudes fundamentais de pobreza e despojamento. Mas em nenhum documento encontramos uma síntese dos princípios que devem nortear os novos rumos da Teologia moral. Prosseguir, aprofundar e sistematizar neste campo o que o Concílio só nos deixou esporadicamente, é a tarefa atual e urgente dos moralistas. Os trabalhos que vêm surgindo são ainda fragmentários e incompletos, como, por exemplo, a recente publicação do P. José Fuchs. (10)

Intimamente ligado com o problema da Teologia moral está o problema da reformulação do Direito canônico e a sua adaptação às novas condições ambientais da Igreja e às linhas mestras do pensamento conciliar. As relações entre Igreja e Direito, entre comunidade externa e caridade interna, entre o aspecto carismático e o aspecto institucional da Igreja, continuam sendo temas empolgantes para o teólogo e ainda estão à espera de um estudo sistemático e definitivo. A autoridade da Igreja, o caráter quase-sacramental da Lei, a dimensão institucional da fé continuam apresentando profundas interrogações. A nova codificação canônica — que, esperamos, não tarde muitos anos — oferecerá, sem dúvida, amplo campo à reflexão teológica.

Por outra parte, apesar dos esforços que se vêm fazendo nos últimos tempos, e apesar das indubitáveis conquistas no campo exegetico, ainda não se conseguiu um autêntico entrosamento entre a Teologia dogmática e a Exegese. Os documentos conciliares dão, por vezes, a impressão de um afã em acumular textos bíblicos, sem importar-se devidamente com as interpretações dos exegetas modernos. Por isso, a consulta mútua entre exegetas e dogmáticos e a elaboração, no campo católico, de uma autêntica Teologia bíblica, são tarefas inadiáveis.

Poderíamos continuar apresentando outros temas e problemas, que a teologia pós-conciliar pode

e deve enfrentar; quer pareçermos, no entanto, que os pontos abordados acima são suficientes para valorizar devidamente a imensa tarefa do teólogo de hoje: tarefa que só pode ser realizada num clima de amor à verdade, de caridade e compreensão, de liberdade de pesquisa, de fidelidade à palavra de Deus. O problema da liberdade dentro da Igreja e o da formação de uma opinião pública eclesial, a que já aludia Pio XII (11), estão ligados tão intimamente com o desenvolvimento e o progresso da teologia atual, que podem ser considerados como premissas indispensáveis, anteriores ao aprofundamento de tais questões. Na situação atual, em que caminhamos entre os dois deveres fundamentais de salvaguarda de uma tradição, que é vida, e de impulso ou abertura para a renovação, os choques e desentendimentos parecem inevitáveis. O Concílio não se constituiu numa exceção: houve tensões e lutas, sinal evidente de vitalidade.

Recentemente, falava Paulo VI de “fermentos cismáticos” na Igreja. Nesses fermentos encerra-se um perigo para nós, porque supõem um radicalismo intolerável para o cristão. O integrismo, — de direita ou de esquerda, pois o integrismo é duplo, — destrói a caridade. Erija-se em juiz, condena, separa, desune. Mas, agindo assim, condena-se a si mesmo, encerrando-se numa autocontemplação estéril, incapaz de renovar-se, porque não aceita o diálogo. Proclamamos aos quatro ventos que a nossa época é a época do ecumenismo. Não nos seria de muita utilidade praticarmos também um certo ecumenismo no interior da mesma Igreja? Por que razão os que se consideram progressistas deveriam sentir-se ofendidos pela exposição de uma doutrina tida por menos avançada? E por que motivo os que levam o nome de conservadores haveriam de suspeitar sempre intenções inconfessáveis nos seus adversários? O Concílio reconhece, como plena-

(10) J. FUCHS, *Moral und Moralthologie nach dem Konzil*, Freiburg i. Br., 1967 (trad. port.: *Teologia moral segundo o Concílio*, São Paulo, 1968).

(11) Cf. Discurso aos participantes do I Congresso Internacional da Imprensa Católica, 17 de fevereiro de 1950, em AAS 42 (1950) 250-257.

mente válido, um certo pluralismo na Igreja, não só no campo da liturgia ou da disciplina eclesiástica, mas até no campo da Teologia (12). Será possível definir até onde pode ou deve estender-se esse pluralismo? Humildade e caridade são duas qualidades absolutamente necessárias ao teólogo atual, se quer conservar-se dentro da Igreja, simultaneamente una e católica.

Os problemas e as tarefas da teologia e da Igreja pós-conciliares se ampliam e agigantam em nossa América Latina e em nosso Brasil. É necessário um esforço supremo para a criação de uma cultura teológica nacional, de uma teologia enraizada nas nossas realidades concretas, pensada por ho-

mens do nosso meio e da nossa cultura. Ainda não surgiu no Brasil um pensamento teológico de características próprias. Também aqui a compreensão, a caridade e a ajuda mútuas são indispensáveis. A verdade far-nos-á livres. Mas a procura da verdade sempre foi e será penosa, ericada de espinhos. Se a essas dificuldades naturais tivéssemos de acrescentar as de uma luta entre irmãos, de suspeitas ou de condenações apressadas e mesmo de incompreensões, a tarefa tornar-se-ia por demais ingrata e desalentadora.

Com o olhar voltado para estes problemas e dificuldades, empreenderemos o nosso caminhar, na esperança de contribuir para o avanço incessante do grande povo que atravessa a história: o Povo de Deus.

(12) Cf. Decreto *Unitatis redintegratio*, n. 4.